



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

PATRÍCIA OLIVEIRA GONÇALVES

**LÁPIS COR DE PELE? DE QUAL PELE ESTAMOS FALANDO?:
RESSIGNIFICANDO CONCEITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

**GUARABIRA/PB
2019**

PATRÍCIA OLIVEIRA GONÇALVES

**LÁPIS COR DE PELE? DE QUAL PELE ESTAMOS FALANDO?:
RESSIGNIFICANDO CONCEITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade da Paraíba - UEPB - Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação docente.

Orientadora: Prof^ª. Ms^ª. Sheila Gomes de Melo.

**GUARABIRA/PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G635I Gonçalves, Patricia Oliveira.
Lápis cor de pele? De qual pele estamos falando?
[manuscrito] : ressignificando conceitos para implementação
da lei 10.639/03 / Patricia Oliveira Goncalves. - 2019.
55 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades , 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Construção de identidade. 2. Criança negra. 3. Lei 10. 4.
639/03. 5. Ressignificação de conceitos. I. Título
21. ed. CDD 372.652

PATRÍCIA OLIVEIRA GONÇALVES

**LÁPIS COR DE PELE? DE QUAL PELE ESTAMOS FALANDO?:
RESSIGNIFICANDO CONCEITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade da Paraíba - UEPB - Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Formação docente e Fundamentos da Educação.

Aprovada em: 13/06/2013

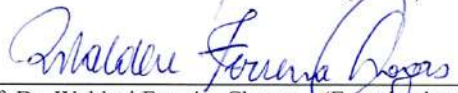
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms^a. Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira – (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por estarem sempre ao meu lado me concedendo força e esperança, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por serem meus protetores, por toda fé e coragem existente dentro de mim.

Aos meus pais, Maria do Rosário de Oliveira e Paulo Gonçalves, por todo incentivo, confiança e fé, tendo um grande orgulho por terem a primeira filha em um curso superior, me mostrando que sou capaz de alcançar meus objetivos, nunca me deixando desistir fortalecendo com todo amor de pai e mãe.

Aos meus irmãos Ricardo Oliveira Gonçalves e Rodrigo Oliveira Gonçalves por todo amor e carinho.

As minhas primas/irmãs Maria Fernanda, Maria Jarbelly e Maria Janyelle, meu outro motivo de continuar na caminhada. Por toda paciência e sorrisos lindos que recebi me fortalecendo e motivando para a conclusão desse curso.

A minha vizinha, tios e tias, principalmente a minha tia Maria de Fátima de Oliveira (*in memoriam*), pois sei que ao lado de Deus e de Nossa senhora Aparecida está muito feliz.

Ao meu namorado Adilson Lima, por ser minha base, enxugando minhas lágrimas nas horas de desespero e pensamentos de desistência. Por estar sempre comigo desde minha aprovação, por seu ombro amigo, pelas palavras de conforto e confiança depositada.

Aos meus colegas de curso, principalmente as minhas cinco amigas Joana D'arc, Marcela Marinho, Niedjane Barbosa, Maria Edlane e Fernanda Araújo, pessoas que Deus me presentou, agradeço por toda ajuda e carinho.

Aos meus amigos da igreja.

A minha orientadora Sheila Gomes, por toda paciência, ajuda e orientação.

Aos professores da UEPB do curso de Pedagogia que contribuíram na minha formação.

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação; antes as desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola (LOPES, 2005, p. 188).

RESUMO

O presente trabalho visa o desenvolvimento do uso e da denominação do lápis chamado “cor da pele” tendo esse uso frequente no ambiente escolar. A indagação da pesquisa se deu com tal intensidade de muito se ouvir e ver que o lápis de coloração rosa claro é usado para representar a pele, mas é evidente a existência da diversidade de cores de peles humana, e com isso não seria correto afirmar que apenas um lápis representaria toda essa diversidade, pois de fato vivemos em país miscigenado. O objetivo da pesquisa foi promover um aprofundado estudo referente ao modo de como alunos da educação infantil enxergam e usam o lápis colorido denominado “cor de pele” dentro de sala de aula, a partir da aplicação e estudo da lei 10.639/03 (BRASIL,2003) na escola”. Autores como Cavalleiro (2018); Lima (2015); Munanga (2005), entre outros, foram fundamentais para a realização da parte teórica e na construção do conhecimento. A pesquisa foi desenvolvida de modo “pesquisa ação” tendo como referência Fonseca (2002), demonstrando assim resultados que comprovam o uso do lápis frequente na escola como “lápis cor de pele”. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola localizada na cidade de Mari-PB, onde não seria diferente o uso dado ao lápis, porém através de conversas, da história “Lápis Cor de Pele”, escrito pela a autora Daniela de Brito e das atividades desenvolvidas, pode-se perceber a conscientização imediata dos alunos, concordando que existem diversas cores de peles, e que outros lápis de colorir poderiam representar essas pessoas. No trabalho é citado como é a ação docente e a construção da identidade da criança negra, pois é evidente que a desvalorização dos negros influenciara na formação dessa identidade. Garantindo respeito e conhecimento para com a etnia negra, a lei 10.639/03 é citada na pesquisa, mostrando a relevância de se trabalhar e garantir o ensino da História e a Cultura Afro – Brasileira no currículo escolar das escolas públicas e privadas. A pesquisa obteve um resultado satisfatório, onde foi significativo aplicar a aula planejada, pois, os alunos de fato compreenderam o que pesquisa tinha como intenção, isso é, desconstruir o paradigma de que existe apenas um lápis que possa representar todas as peles existentes.

Palavras-Chave: Lápis Cor da Pele. Construção de Identidade. Criança Negra.

ABSTRACT

The present work aims at the development of the use and denomination of the pencil called "skin color" having this frequent use in the school environment. The research question was given with such intensity of very hear and see that the light pink colored pencil is used to represent the skin, but it is evident the existence of the diversity of human skin colors, and with that it would not be correct to assert that only a pencil would represent all this diversity, since we actually live in a mixed country. The objective of the research was to promote an in - depth study of how children 's education students see and use colored pencils called "skin color" within the classroom, based on the application and study of law 10.639 / 03 (BRASIL, 2003) at school ". Authors such as Cavalleiro (2018); Lima (2015); Munanga (2005), among others, were fundamental for the realization of the theoretical part and the construction of knowledge. The research was developed in an "action research" mode with Fonseca (2002) as a reference, thus showing results that prove the use of pencils frequently in school as "colored pencils". The research was developed in a school located in the city of Mari-PB, where it would not be different the use of pencil, but through conversations, the story "Pencil Color of Skin", written by the author Daniela de Brito and the activities developed , one can perceive the immediate awareness of the students, agreeing that there are several colors of skins, and that other coloring pencils could represent these people. In the work is quoted as it is the educational action and the construction of the identity of the black child, since it is evident that the devaluation of the blacks had influenced in the formation of this identity. Guaranteeing respect and knowledge towards the black ethnic group, law 10.639 / 03 is cited in the research, showing the relevance of working and ensuring the teaching of History and Afro - Brazilian Culture in the school curriculum of public and private schools. The research obtained a satisfactory result, where it was significant to apply the planned lesson, since the students did indeed understand what research was intended, ie, to dismantle the paradigm that there is only one pencil that can represent all the existing skins.

Keywords: Pencil Skin Color. Identity Building. Black child.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Decoração da sala de aula, porta, calendário e quadro onde foi aplicada a pesquisa.....	32
Imagem 2 - Decoração da sala de aula, porta, calendário e quadro onde foi aplicada a pesquisa.....	32
Imagem 3 - Decoração da sala de aula, porta, calendário e quadro onde foi aplicada a pesquisa.....	32
Imagem 4 - Decoração da sala de aula, porta, calendário e quadro onde foi aplicada a pesquisa.....	32
Imagem 5 - Conversa com os alunos sobre o que eles sabem sobre o lápis “cor de pele”.....	33
Imagem 6 - Conversa com os alunos sobre o que eles sabem sobre o lápis “cor de pele”.....	33
Imagem 7 - Alunos mostrando o lápis que eles conheciam e chamavam de “cor de pele”.....	34
Imagem 8- Alunos realizando a pintura.....	34
Imagem 9 - Alunos realizando a pintura.....	34
Imagem 10 - Alunos realizando a pintura.....	35
Imagem 11 - Alunos realizando a pintura.....	35
Imagem 12 - Bonecos de E.V.A.	36
Imagem 13 - Leitura de livro “Lápis cor de pele”.....	37
Imagem 14 - Leitura de livro “Lápis cor de pele”.....	37
Imagem 15 - Leitura de livro “Lápis cor de pele.....	38
Imagem 16 - Leitura de livro “Lápis cor de pele”.....	38
Imagem 17 - Leitura de livro “Lápis cor de pele”.....	38
Imagem 18 - Roda de conversa sobre a história contada e o “lápis cor de pele”.....	39
Imagem 19 - Alunos realizando a atividade.....	39
Imagem 20 - Alunos realizando a atividade.....	40
Imagem 21 - Alunos realizando a atividade.....	40
Imagem 22 - Alunos realizando a atividade.....	40
Imagem 23 - Alunos realizando a atividade.....	40
Imagem 24 - Alunos colando as atividades no painel.....	41
Imagem 25 - Alunos colando as atividades no painel.....	41

Imagem 26 - Alunos colando as atividades no painel.....	41
Imagem 27 - Alunos colando as atividades no painel.....	42
Imagem 28 - Alunos colando as atividades no painel.....	42
Imagem 29 - Alunos observando suas atividades	42
Imagem 30 - Alunos observando suas atividades	43
Imagem 31 - Alunos observando suas atividades.....	43
Imagem 32 - Alunos observando suas atividades	43
Imagem 33 - Agradecimentos e entrega da lembrança.....	43
Imagem 34 - Agradecimentos e entrega da lembrança.....	43
Imagem 35 – Capa do livro usado na aula.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O RACISMO NA ESCOLA: CORES, PELES E ABORDAGENS	14
2.1. Ação docente: silenciamento	16
2.2 Identidade da criança negra	19
3. LEI 10.639/03 POSTURAS/AÇÕES NAS ESCOLAS.....	22
3.1. Relações étnico-raciais no ensino fundamental.....	25
3.2. Cor da pele – colorismo na escola.....	26
4. METODOLOGIA	28
4.1. Caracterização do campo de pesquisa e sujeitos.....	29
4.2. Instrumento de pesquisa.....	30
4.3. Etapas.....	30
4.4 Análises de dados	31
4.4.1. Primeira etapa	33
4.4.2. Segunda etapa	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE I - Plano de Aula.....	51
APÊNDICE II - Termo de Autorização da Pesquisa.....	53
ANEXO A - Capa do Livro usado na aula	55

1. INTRODUÇÃO

O referido trabalho se deu a partir do estudo da disciplina de “Educação de Afrodescendentes” no curso de Pedagogia, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no campus III na cidade de Guarabira. Ao longo da disciplina surgiram lembranças escolares de minha educação, onde praticamente nada era estudado sobre a cultura afro-brasileira. Diante disso, comecei a refletir sobre o tão usado e falado lápis colorido denominado “cor de pele” dentro de sala de aula, como também a existência da necessidade referente ao conhecimento de como é dada a formação do pedagogo e suas práticas no Ensino Fundamental I referente ao lápis chamado de “cor de pele”, onde busca questionar que cor de pele é essa? Por isso a importância de se trabalhar, questionar e pesquisar sobre o assunto, onde faça acontecer a quebra desse preconceito.

Tomando como referência a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem como finalidade tornar obrigatória a inclusão do ensino da “História e a Cultura Afro – Brasileiro” no currículo, torna-se urgente que o(a) pedagogo(a) esteja à frente das mediações com a responsabilidade de promover, no espaço escolar, o estudo do racismo e a diminuição dos reflexos existentes nas escolas

É importante que exista a exposição da realidade referente as diversas cores de peles e que ocorram atividades direcionadas as crianças em relação à valorização do seu pertencimento étnico-racial, seja ele qual for, pois, sabemos que no ambiente escolar encontramos pessoas de diversos estereótipos, e essa questão étnico-racial pode ser considerada como uma das mais preocupantes. Em relação a sua valorização, como afirma Chan (2014): “Não valorizamos aquilo que não conhecemos” (p. 24); de fato, não é dado o valor adequado para algo que não conhecemos.

O intuito da pesquisa também é de observar de que a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), aqui já citada, é estudada e aplicada na escola, ou se apenas é lembrada em algumas datas comemorativas como, por exemplo, o dia 20 de novembro, dia da consciência negra, data essa também instituída obrigatoriamente no calendário escolar diante a regularização da lei.

É de entendimento de muitos que a educação pode ser a considerada a principal forma de conhecimentos para a sociedade. “O grande desafio proposto para a educação é estabelecer conexões entre o que se aprende na escola e a vida da população brasileira” (BRASIL, 2001, p.23). Ou seja, a educação é o método que a sociedade necessita para viver em meio de tantas diferenças, mesmo tendo noção que é algo difícil para a educação que temos.

Quando se sugere trabalhar a sociedade antirracista dentro de sala de aula, estar sendo proposto que exista a fundamentação de todo um percurso histórico do racismo, por isso, a existência do interesse em relação ao conhecimento da formação e práticas do pedagogo nos primeiros ensinamentos dentro da sala de aula referente ao tema estudado, e que esse profissional saiba também colocar seus alunos no papel de seres pensantes e questionadores.

Para o desenvolvimento do trabalho selecionei a questão problema: De que forma os estudantes identificam o lápis colorido chamado de “cor da pele”?, e durante o decorrer do trabalho será respondido tal pergunta. O objetivo geral da pesquisa é promover um aprofundado estudo referente ao modo de como alunos do ensino fundamental I enxergam e usam o lápis colorido denominado “cor de pele” dentro de sala de aula, a partir da aplicação e estudo da lei 10.639/03 na escola. Como objetivos específicos: identificar como é usado o lápis colorido “cor de pele” dentro de sala de aula no ensino fundamental I; determinar que o uso do lápis denominado “cor de pele” não representa uma sociedade de raça nomeada como “branca”; e verificar o estudo e aplicação da lei de nº 10.639/03 dentro de todo ambiente escolar.

O trabalho está dividido em cinco capítulos: o primeiro enfatiza a introdução; o segundo capítulo referencia o racismo na escola, a ação docente e a construção da identidade da criança negra, demonstrando a importância da escola referente ao conhecimento que as crianças adquirem e principalmente a construção da identidade do aluno negro dentro do ambiente escola, mostrando aspectos positivos e principalmente negativos, pois na escola também existe praticas discriminatória, e automaticamente dificulta na formação da identidade; o terceiro capítulo é voltado para a apresentação da Lei 10.639/03, como também é apresentado no capítulo que é destaque do trabalho, no qual o tema é a cor de pele, onde é mostrado o lápis e o que foi criado para ele referenciar a cor da pele. O quarto capítulo mostra os métodos, a caracterização, os instrumentos, as etapas e os resultados das análises, usados para o desenvolvimento do trabalho, tendo extrema importância para a comprovação do estudo realizado. O último capítulo destaca as considerações finais do referido trabalho.

2. O RACISMO NA ESCOLA: CORES, PELES E ABORDAGENS

“[...] o racismo é um problema que está presente no cotidiano escolar, que fere e marca, profundamente, crianças e adolescentes negros” (CAVALLEIRO, 2018, p. 34). Diante de toda a base histórica que conhecemos referente aos negros, temos como entendimento que os mesmos sempre fizeram parte de uma minoria referente posição social, ou seja, diante de números, temos 54% de negros em nosso país, porém, quando se trata do negro em posição social na alta sociedade, os mesmo é visto como minoria. Em qualquer situação econômica na qual se encontrem sempre existirá a discriminação para com os negros, e a prática do racismo faz com que essa posição dos negros na sociedade como minoria aumente, ou seja, vivemos em uma sociedade que não se tem respeito para com o ser humano, apenas por conta da sua cor (me refiro à cor da pele, pois aqui estamos tratando da etnia) e que em algumas situações o branco se sente superior ao negro, cito a pessoa branca, pois sabemos que o maior preconceito vem da pessoa de cor de pele oposta, mas, que também existem pessoas negras que não se aceitam e daí o racismo já é gerado por si próprio, ou seja, é ocasionada assim a ocorrência do racismo partindo de pessoas que chegam ao ponto de discriminar uma(s) outra(s) pessoa(s) que diante de tudo e de todos é igual a qualquer um cidadão.

De acordo com Cavalleiro (2006):

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundancia e estereótipos negativos sobre o negro. (CAVALLEIRO, 2006, p. 19).

É importante que exista o reconhecimento e respeito referente aos negros, mesmo sendo tão difícil de controlar tamanho racismo, o negro tem direito em meio à sociedade como qualquer outro cidadão, porém deve se ressaltar que essa falta de respeito, ou seja, essa discriminação que tanto existe na sociedade e as pessoas racistas que temos que conviver dia após dia, não é vinda com a pessoa desde seu nascimento, isto é, uma pessoa não nasce racista, mas, sim é construída uma junção de pensamentos negativos e discriminatórios.

Lopes (2005, p. 188) afirma que “as pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação; antes as desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola”. Com isso, é significativo o papel da escola como ambiente fundamental de aprendizagem para conhecimento e aceitação do negro e de qualquer outra etnia, raça, cultura, isto é, aceitar e respeitar todos. Mas, também, é na escola que ocorrem diversas situações de discriminação e

preconceito referente à raça negra, ou seja, o ambiente escolar é o lugar onde passa a existir as duas situações ao mesmo tempo, por esse motivo, a importância de se trabalhar a questão racial na escola.

Pois, conforme Werthein (2002), concordamos que:

Se é verdade que políticas de promoção da igualdade racial podem diminuir as taxas de desigualdades entre negros e brancos, atacando a discriminação, não podemos esquecer que é preciso atacar com a mesma intensidade a raiz do problema, isto é, o racismo e o preconceito. Neste campo, não será demais lembrar que apenas a educação pode mudar valores, contribuindo para a valorização da diversidade e a construção de um senso de respeito recíproco entre os grupos que conformam esta rica geografia de identidades culturais denominada Brasil. (WERTHEIN, 2002, p.10)

Sendo assim, conhecer e entender o que significa racismo e preconceito é fundamental para o entendimento do que aqui estamos tratando, ou até mesmo entender o surgimento do racismo e do preconceito faz com que compreendemos melhor o que é racismo na escola. O Programa Nacional de Direitos Humanos (1998, p.12), dispõe que os termos como racismo e preconceito “ocorre que a definição e compreensão de cada um desses termos é essencial para que saibamos identificar e combater as variadas formas de manifestação de ideologias que defendem a ideia de hierarquia entre pessoas”.

Segundo Lopes (2005) racismo é considerada como “uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (LOPES *apud* MUNANGA, 2005, p. 19). E como preconceito, Sant’ana (2005) afirma que é “uma opinião preestabelecida, imposta pelo meio, época e educação” (SANT’ANA 2005, p. 62). Diante desses conceitos, compreender o que é racismo e preconceito se faz necessário para entender tanta discriminação que transcorre na sociedade.

O racismo na escola proporciona ocorrências negativas para a pessoa negra, e com isso fatores passam a existir fazendo com que o aspecto de visão voltado para o negro seja algo tão desvantajoso dificultando ainda mais a vida e automaticamente a personalidade do negro. Cavalleiro (2018) enfatiza que, “no que diz respeito à educação, o quadro também se mostra desvantajoso para o segmento negro da população. De acordo com diversos estudos nas escolas brasileiras, o racismo aflora de inúmeras formas, ocultas ou não” (p. 32). Visto ou não, o racismo existe sim, no ambiente escolar, e não é novidade para ninguém que na escola a diversidade de pessoas com sua cultura, raça, etnia, costume, sexualidade, enfim, é muito grande.

Constatar a diversidade de pessoas cada um com sua característica específica é fundamental no processo de transmissão de conhecimentos, pois, o professor precisa reconhecer o quanto é abrangente a diversidade e entender para si mesmo que a valorização

dessa diversidade é precisa para cada um de seu aluno. Construir uma sociedade justa e igualitária é tão fundamental e importante que nos faz refletir se realmente essa formação está ocorrendo, já que esses quesitos são de garantia de qualquer um cidadão. Tendo em vista que a partir da diversidade existindo, Cavalleiro (2018) afirma que o racismo é um requisito que sem dúvidas ainda havendo em todo Brasil, alguns direitos não chegaram ao ponto de seres exercidos e respeitados e que segundo a mesma, essa ausência de direitos que os negros têm são, por exemplo: “[...] direito ao trabalho, à permanência na escola, moradia digna etc., o que em muitos momentos põe em xeque a democracia brasileira. Ideologias, estereótipos e práticas discriminatórias continuam influenciando nossa realidade” (CAVALLEIRO, 2001, p. 142).

Como todo cidadão, os negros também tem a função de exercer seus deveres e terem seus direitos. Não vai ser a reação do ser humano que irá lhe mostrar perante a sociedade quem é melhor ou pior. E na escola não é diferente, a escola é o ambiente em que deve se mostrar que somos diferentes, mas, que somos iguais diante dos deveres e direitos.

2.1. Ação docente: silenciamento

Educar para as relações étnico raciais é compreender a diversidade que há em sala de aula, em seu trabalho, em sua família. É compreender que cabelos *Black Power* não trazem piolhos, e sim autoestima e resistência. É compreender que um passado de realeza no Brasil, não significa mérito e sim opressão. Educar para as relações étnico raciais, significa ainda, compreender o seu papel na sociedade de hoje, (re)conhecendo o que foi feito para o nosso país por seus antepassados e quais são os frutos que eles deixaram para você ser que é hoje, sejam positivos ou negativos (LIMA, 2015, p. 24).

Em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional/LDB (BRASIL, 1996), entrou em vigor assegurando a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 2016, p. 08). Com isso, entende-se que a educação é certificada por lei, e portanto se deveria cumprir o que está no papel, mas que em meios a tantos desafios existentes no meio educacional sempre deixará algo a desejar.

De acordo com Antônio Nóvoa, “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores” (NÓVOA, 1992, p.17). Ou seja, é preciso que exista toda junção de responsabilidades dos poderes e autoridades referentes à formação do professor a fim de se promover uma boa educação e assim formar cidadãos, como também é preciso ter interesse por parte do profissional da educação para que seja construída uma educação de verdade.

A escola passa a ser um espaço de importância para a formação do ser humano, a partir do momento em que ele frequenta todos os dias a escola com a finalidade de buscar conhecimento para a construção de si próprio, porém, é fundamental que o professor entenda que o mesmo dispõe de uma atribuição enorme para a formação de seus alunos do que é ser cidadão. O professor precisa entender que em grande maioria, seus alunos o veem como espelho, daí a responsabilidade de ser um formador de respeito, tendo como principal intuito o combate às diferenças e discriminações, principalmente voltadas ao negro, já que estamos tratando sobre determinado assunto.

Mesmo sendo um centro de referências positivas, ou até mesmo deveria ser, a escola pode ser considerada como ambiente de discriminação. Eugênia Foster (2004) referencia a escola como lugar que omite o racismo, contudo, “todos se dizem não-racistas, mas apontam o racismo no colega” (p. 9). Como também, “o racismo embora negado no discurso, é confirmado cotidianamente, na prática de nossas escolas. É impressionante como, além da simples omissão, o recurso que mais se adota para a questão racial é o silêncio” (p. 9). Isto é, será mais fácil silenciar um problema que deve ser trabalhado e mostrado a toda escola, que o mesmo é assegurado por lei e garante a valorização, respeito e acompanhamento escolar referente à abordagem do assunto? A pessoa negra deve receber o mesmo respeito que todo e qualquer cidadão recebe, tendo a certeza que as pessoas dessa raça têm por garantia os direitos e deveres iguais a todos.

A postura do professor precisa ser configurada de modo que exista uma orientação referente a qualquer situação ocorrida no ambiente escolar, seja ela em sala de aula ou em outro cômodo da escola. É necessário que o professor saiba respeitar qualquer raça, quer dizer, respeitar e orientar o que é certo e errado independentemente da cor da pele de seus alunos, caso isso não aconteça, Cavalleiro (2018) afirma que “a pluralidade étnica da sociedade e, principalmente do espaço escolar constitui um tema que parece não ter importância para o desenvolvimento do trabalho escolar” (p. 48).

(...) alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 15),

1

¹ É possível considerar que “raça” é o termo usado para denominar diferentes grupos étnicos, e com isso pode se afirmar que o real conceito não existe, porém é viável entender que Raça é vista “nas formas mentais e comportamentais dos indivíduos e grupos sociais que buscam preservar as tradições assimetrias socioeconômicas e políticas fundadas em critérios de aparência e origem” (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 15).

Com isso, nota-se que se o professor não fizer o que realmente é preciso, ou melhor, não cumprir com seu papel de educador, um papel neutro, de formador de cidadãos aptos para uma sociedade diversificada, a educação se tornará algo inútil na vida de quem tanto foi e é discriminado. Segundo Cavalleiro (2018), os professores silenciaram diante de discriminações sofridas pelos alunos, pois:

No que diz respeito ao comportamento do professor em relação a esses conflitos, o dramático depoimento da menina Catarina (negra) é bastante elucidativo. Segundo ela, as crianças a xingam: "... de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta eles falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Ela me xingou de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada (CAVALLEIRO, 2018, p. 52).

A autora ainda completa: "A fala da menina demonstra que a omissão de uma providência lhe deu o conhecimento de que, nessas situações, não poderá contar com auxílio. Daí decorre a aprendizagem do silêncio: não conte nada para a sua professora, porque ela nada faz" (CAVALLEIRO, 2018, p. 52). Com isso, fica evidente a preocupação da autora referente ao silêncio do professor, demonstrando como isso pode prejudicar na construção do ser humano, na construção pessoal, já que aquela pessoa que a criança deve ter como exemplo e até mesmo segurança, nada faz em situações de desconforto e discriminação por conta de sua cor.

O silêncio do professor ao se deparar com certas situações faz com que a criança negra também silencie e não encare a situação, criando assim a defesa da valorização de sua cor.

Cavalleiro (2018) relata:

No parque, aproximo-me de um grupo que brinca. De repente, inicia-se um tumulto. Shirley (negra) chega perto de Fábio (branco), o xinga de "besta", e ele revida. Leticia (branca) passa a participar da discursão, com vários xingamentos. Leticia e Catarina (negra), até então brincando juntas, principiam a se xingar também. Catarina diz a Leticia: "Fedorenta", e esta responde: "Fedorenta é você". Catarina, então, diz: "É você, tá!". Leticia responde: "Eu não; eu sou branca, você é que é preta! Catarina fica paralisada e não diz mais nada. Até então virada de frente para Leticia, dá-lhe as costas e começa a xingar Fábio. Catarina segundos depois defere-lhe um golpe na cabeça. O menino chora. A professora, percebendo a confusão, se aproxima do grupo e adverte a menina Catarina, que mais uma vez ouve tudo calada (CAVALLEIRO, 2018, p. 53).

A posição da professora de não procurar saber todo o ocorrido e culpar apenas uma criança, que por sua vez é uma criança negra, faz com que a mesma tenha uma atitude silenciosa e aceitação de que está errada, mesmo não sendo ela a pessoa que iniciou a confusão.

O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças étnicas no espaço escolar, somado ao das crianças negras, parece conferir aos alunos brancos o direito de produzir seus comportamentos, pois não são criticados ou denunciados, podendo utilizar essas estratégias como trunfo em qualquer situação de conflito (CAVALLEIRO, 2018, p. 54).

É preciso que o professor conheça e discuta toda e qualquer situação de discriminação, como também é importante que esse silêncio do professor se finalize, criando-se assim a prática de estudar sobre a etnia negra, fazendo com que os alunos compreendam que é preciso valorizar todas as raças. Marriel (2006, p.46) afirma que “investir na melhoria da relação professor-aluno é um alvo a ser destacado, dada a sua relevância na atuação sob a violência e no desenvolvimento de características individuais, como a autoestima”.

É preciso que o professor fique atento ao que acontece no ambiente escolar, onde qualquer situação que ocorra seja resolvida e mostrada aos alunos os pontos que devem ser constatados como algo bom ou ruim; é a ação docente que contribuirá para o crescimento como pessoa de seu aluno, por isso a preocupação de não se silenciar diante de uma situação que cause desconforto para com a vítima, como uma situação de discriminação e racismo, por exemplo, já que no referido trabalho é citado muito bem isso, pois será a atitude daquela pessoa que a criança toma como exemplo que somará uma parcela na construção de seus pensamentos.

2.2 Identidade da criança negra

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (auto definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

Definir o que é identidade pode ser considerado algo tão complexo, que apenas uma definição não mostrará o que o realmente significa, uma vez que não existe apenas uma pessoa, ou até mesmo uma só cultura ou etnia, portanto, a construção da identidade dependerá do meio que o indivíduo está inserido.

O processo de formação da criança acontece desde seu nascimento, quando bebê, o desenvolvimento já passa a ser do autoconhecimento, gerando assim um questionamento para conhecer a si próprio. E sem ser diferente em todas as fases de progresso, o ser humano ainda quando criança precisa de ajuda para esse dito desenvolvimento e construção de sua identidade. Como também é importante ressaltar que, quando falamos em identidade, as Diretrizes Curriculares também enfatizam a temática - aqui nos interessa a identidade afro-

brasileira -, com isso é importante que se tenham pesquisas e estudos referente ao que estamos estudando, pois sabemos o quanto é desvalorizada e até mesmo esquecida a cultura afro.

Podemos afirmar que a construção da identidade da criança negra (no referido trabalho, estamos tratando da criança) pode ter como aspectos de fundamentação a cultura. Procurando modos de como se adequar a uma sociedade racista, ainda temos pessoas que não se aceitam negras, talvez até seja que essa não-aceitação que pode ter sido consequência de uma construção de identidade em meio ao branqueamento, e com isso o surgimento do mito da democracia racial.

A parceria de escola e da família nesse processo de construção da identidade torna-se fundamental. A educação se torna um fator importante no caminho em que a criança precisa seguir, valorizando assim suas origens, porém, também é significativa a compressão e ajuda dos educadores nessa trajetória. De acordo com Clarissa Lima (2015): “[...] é importante que as educadoras e educadores tenham a plena consciência de que a transformação social para respeito às diferenças raciais e igualdade de direitos, passa pela a Educação” (LIMA, 2015, p. 16). Desse modo, é preciso considerar que é dentro da educação que o processo de formação pessoal surge, como também a má construção dessa identidade faz com que acarrete a discriminação racial. Com isso, Nascimento (2001) afirma que:

A discriminação racial tem sido identificada como fator de estímulo à evasão escolar e indutor de baixa autoestima entre alunos afro-brasileiros, prejudicando seu rendimento escolar, aumentando a possibilidade de repetência e reduzindo sua frequência às salas de aula (NASCIMENTO, 2001, p. 121).

A discriminação racial é também responsável por alguns casos de evasão escolar, criando assim uma junção de aspectos negativos para o aluno negro, aumentando a visão negativa do povo negro, pois é através da educação que tudo se pode conseguir.

O trabalho de construção de identidade negra na criança precisa ser realizado pelas principais pessoas dela, ou seja, desenvolver um trabalho em parceria com a família e a escola. Para Lima (2015), “[...] não basta a Educação antirracista apenas na escola. Este modelo de Educação deve acontecer também em casa, entretanto, pais, mães, avós, professoras e professores, como toda a equipe escolar, são corresponsáveis neste processo” (p. 14). Quando se trata da construção da criança negra, tendo consciência que vivemos em pleno século XXI, portando da compreensão de que vivemos em uma sociedade diversificada e que o nosso Brasil é considerado um país miscigenado, a pessoa negra é vista como individuo inferior à pessoa branca, como se o branco pudesse tudo e o negro não pudesse nada, tendo como exemplo e início de todo esse preconceito e discriminação os apelidos preconceituosos, dessa maneira, cria-se uma grande dificuldade na aceitação de si próprio.

Segundo Clarissa Lima (2015),

Na vida social (escola, clube, igreja, playground) desde pequenas muitas dessas crianças são chamadas por apelidos como “chocolate”, “bombom” ou algum docinho. Já para as crianças brancas, os apelidos são utilizados a partir de ser próprio nome como um gesto de intimidade, no geral são chamadas por nome e sobrenome.

Como consequência, podemos perceber para algumas crianças o complexo de inferioridade e para outras o complexo de superioridade, os quais certamente serão permanecidos até a vida adulta (LIMA, 2015, p. 22).

São atitudes que para muitos podem ser consideradas como bobas, mas, para a criança negra que está em fase de construção pode ser muito prejudicial, podendo atrapalhar significativamente seu processo de desenvolvimento tendo assim uma construção da identidade negativa. Se o negro não se aceita, não tem um reconhecimento, sendo alvo apenas de preconceito e discriminação, qual motivo teria ele de lutar a favor da sua raça? Pelo contrário, possivelmente pode gerar uma ideia de realmente não se aceitar e de querer ser uma pessoa branca, para que assim seja aceito como cidadão.

[...] Se ele se encontra submerso a esse ponto pelo desejo de ser branco, é que ele vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldade que ele é colocado em uma situação neurótica (FANON, 1983, p. 83).

É preciso que o negro se aceite, mas para que essa aceitação exista é preciso que a família, educação e toda sociedade unam forças, como também, é preciso que o negro lute por sua raça e seus direitos. A história do negro e a luta contra a discriminação e aceitação é algo de muitos anos, porém, não torna isso impossível.

Ao falarmos sobre identidade, na Educação étnico-racial, precisamos (re)conhecer a diversidade cultural, fenotípica, religiosa que há em nosso País. É preciso desfazer as amarras do modelo correto a que nos foi imposto, e respeitar as diferenças em todas as suas plenitudes. (Re)conhecer-se numa sociedade multicultural, permite acima de tudo tolerar e respeitar as diferenças em todos os aspectos (LIMA, 2015, p. 28).

Com isso, passamos a entender que se existisse valorização, respeito e até mesmo aceitação da etnia negra, já seria um grande avanço que a sociedade teria conseguido, tendo em vista que o Brasil é considerado um país negro, e o racismo não deveria prevalecer no dito país.

3. LEI 10.639/03 POSTURAS/AÇÕES NAS ESCOLAS

No ano de 2003 entrou em vigor a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e trouxe modificações nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, (BRASIL.MEC.1996), garantindo assim o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira em toda educação brasileira, sendo na educação pública ou até mesmo nas escolas privadas voltadas ao Ensino Fundamental e Médio tendo a relevância de que a história dos negros deve ser estudada no ambiente escolar. Segundo (Cury, 2000, p 32), “declarar direitos é um recurso político-pedagógico que expressa um modo de conceber as relações sociais dentro de um país”. É preciso estabelecer leis, para que assim sejam realizadas ou até mesmo para que tentem conviver em sociedade harmoniosa e social.

A lei é resultado de grandes lutas do povo negro tendo como princípio a valorização e o reconhecimento dentro do espaço escolar, pois sabemos que é principalmente na escola que se fundamentam conhecimentos para que o aluno se desenvolva como pessoa diante de toda a sociedade, e que esses conhecimentos podem se tornar algo que venha a ser adquirido no intuito de combater as desigualdades que tanto permeiam nossa sociedade, mostrando que nela está inserida uma grande diversidade racial e que essa mesma diversidade necessita ser respeitada, bem como precisa-se de reconhecimento e valorização para com todos.

Fundamentada de algumas pesquisas e leituras, o principal intuito da lei é fazer com que através da educação que torna-se uma imprescindível ferramenta para obter conhecimentos, possa se combater verdadeiramente as práticas e princípios racistas que resultam em situações de desconfortos para as vítimas. Diante disso, é possível considerar que vivemos em um país racista, e que mesmo existindo tantos diálogos e leis que mostram que existe punição para o racista (pessoa essa que tanto discrimina o negro), nossa sociedade é formada por uma grande quantidade deles e que existe certa dificuldade para a diminuição dos mesmos, acarretando uma má visão dos negros para si mesmo.

Conforme Gomes (2001),

Os efeitos da prática racista são tão perversos que, muitas vezes, o próprio negro é levado a desejar, a invejar, a introjetar e projetar uma identificação com o padrão hegemônico branco, negando a história do seu grupo étnico-racial e dos seus antepassados. Esse é um dos mecanismos por meio do qual a violência racista se manifesta (GOMES, 2001, p. 93).

Todos precisam entender a necessidade de igualdade de todos os seres humanos, somos descendentes de negros e não foram eles que se tornaram escravos, mas sim, pessoas que se sentiam superiores a todos e a tudo que os escravizaram. É significativo mostrar também a importância que os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs (BRASIL. MEC. 2001) e o

Pluralidade Cultural/PCN (BRASIL. MEC. 2001), têm em relação ao assunto que aqui estamos tratando. O mesmo foi criado pelo Governo Federal na intenção de mostrar aos professores, orientações de ensino para ajudar na aprendizagem de seus alunos relacionadas aos assuntos voltados para a cidadania, ajudando assim na prática pedagógica dos professores.

O PCN – Pluralidade Cultural deixa clara a necessidade de abordar esse tema; todavia, a grande questão é como fazê-lo sem ampliar os processos discriminatórios em nossa sociedade. É preciso muito debate, esclarecimento, denúncia e pesquisa. Desde 1988, discriminação racial é crime. Mas como comprovar isso, se não temos claro em nossa sociedade o que é discriminação racial? Algumas vezes, o que pode parecer uma simples brincadeira é, sem dúvida, um crime (SOUZA, 2001, p. 58).

Temos também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/ DCNs (BRASIL, 2004), na qual se fundamenta a garantia do direito de igualdade para a vida do ser humano, como também assegura o cidadão a ter conhecimento de toda história e cultura da cidadania brasileira. As DCNs ajudam educadores a elaborar projetos que visem a valorização da educação, tal como as famílias, pois ajuda nas orientações, construindo assim um maior conhecimento de direitos e deveres.

[...] A lei 10.639/2003 procura reparar conteúdos que dizem respeito a todos os brasileiros e que foram ocultados e omitidos historicamente pela sociedade e pela escola. Como já foi sinalizado, o princípio da igualdade como base das ações escolares, seja no âmbito da sociabilidade ou das áreas do conhecimento, deve ser o orientador tanto para a organização de atividades como para a avaliação das práticas escolares. (BRASIL, 2004, p. 28).

Diante de uma visão geral, a lei 10.639/03 sugere que um novo modelo de estudo seja mostrado dentro da sala de aula, é preciso que os educadores mostrem aos seus alunos a cultura afro-brasileira como algo que se engrandeça e que é importante conhecer toda história dos negros reconhecendo-os como pessoas de histórias marcantes.

[...] A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p. 17).

Dessa forma, é indispensável estudar sobre o tema, pois é a partir da educação que será possível encontrar saídas para uma melhoria no combate ao racismo. A lei que garante a implantação da História e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar também garante a comemoração do dia 20 de Novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) que homenageia a morte de Zumbi dos Palmares (líder quilombola). A data comemorativa aqui no Brasil é fortemente marcada por grandes lutas e visa ao combate do preconceito racial.

Tendo em vista que temos uma data que lembre o dia da consciência negra, a mesma deve ser trabalhada na escola, porém surge a dúvida: como trabalhar a mesma em sala de aula

e em todo o ambiente escolar? Seria interessante que o trabalho de conscientização persistisse durante todo o ano letivo, isso não quer dizer que deve ser trabalhado e até mesmo comemorado rigorosamente, mas que o combate ao racismo pelo menos insistisse em todos os dias e momentos da vida de todos, sendo praticadas até mesmo ações como, por exemplo, uma palavra de conscientização intervinda em atitudes racistas que frequentemente nos deparamos em nosso cotidiano.

Quando tratamos de educação e sociedade em geral, essencialmente quando a etnia negra está no meio representada, Almeida (2017), declara que:

O currículo é âmbito de construção política de representações oficialmente aceitas – de mundo, de sociedade, de pessoas –, das quais se entende que todo cidadão deva apropriar-se, dada a obrigatoriedade de frequência à Educação Básica no Brasil. Assim, a Lei 10.639/03 tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2017, p. 57).

É fácil compreender que sempre existirão situações racistas, sendo proposital ou não, um exemplo que pode ser citado é a imagem do povo negro nos livros didáticos, onde dificilmente é remetida a uma posição de alto nível, de oportunidades reconhecidas, e sim, apenas de situações negativas, desfavoráveis.

Munanga (2005, p.16) vem nos mostrar que:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça dos professores e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outros, desestimulam o aluno negro e prejudica seu aprendizado. (MUNANGA, 2005, p.16)

Ou seja, existindo assim uma junção de fatores que façam com que o aluno negro veja seu povo apenas como pessoas inferiores a todos, isso acarretará em um desestímulo de sua aprendizagem e de construção de seu ser enquanto pessoa diante da sociedade. O principal intuito da lei é garantir essa valorização e respeito que a etnia merece, e a partir do momento em que a educação adentra o assunto é possível conseguir o que lei garante. Segundo Santos (2001, p.20), “é tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos”.

Quando se sugere trabalhar a sociedade antirracista dentro de sala de aula, está sendo proposto que exista a fundamentação de todo um percurso histórico do racismo, tendo como objetivo apresentar aos alunos a história dos negros em nossa sociedade e apresentar que devemos ter um grande reconhecimento para com eles, pois, através do grande sofrimento e luta, os mesmo viveram em total decadência, tendo como conquista a liberdade, porém, não

mudando muito sobre os dias de hoje, pois ainda existe discriminação e desrespeito para com eles.

Dessa forma, é importante que se tenha respeito para com o outro, a valorização da etnia é o ponto chave para um combate ao preconceito, e havendo essa valorização que tanto é importante faz com que determinadas situações de racismo que já aconteceram e que acontecem todos os dias sejam evitadas, pois nenhum ser humano merece passar por situações assim.

3.1. Relações étnico-raciais no ensino fundamental

A partir do seis anos de idade a criança passa a frequentar o ensino fundamental e com isso seu processo de desenvolvimento escolar já deve ter despertado passando a existir curiosidades sobre determinados assuntos, aqui referencio o assunto voltado para a etnia. Questões voltadas para o racismo, compreender o porquê que a cor da pele do colega da escola é diferente da cor de sua pele, entre outras dúvidas, criando-se assim a importância da atenção do professor para com seus alunos, a fim de explicar tais perguntas e situações surgidas no cotidiano escolar da criança.

Apresentar os assuntos voltados para a etnia, estereótipos, questões raciais se torna preciso para ajudar na compreensão e no desenvolvimento da criança, principalmente quando a mesma está no auge de seu desenvolvimento, no momento de descoberta de um novo mundo, na fase de entender questões que antes não lhe chamavam a atenção; como também na relação de convívio dentro da escola.

Estabelecer ligações no ensino fundamental voltadas para as relações étnicas raciais é um fator que exige atenção. Quando o assunto é racismo, valorização da raça, respeito um para o outro, é considerável compreendermos que o ser humano não nasce racista, mas que se torna racista a partir da sua construção de pensamentos formados durante seu processo de absorção de conhecimentos. A educação é a melhor forma de mostrar as crianças o indispensável ensinamento de conviver em meio às outras crianças, como também em meio à sociedade.

Gomes (2001, p.87) afirma que “a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crença, etc., presentes na vida da escola e a construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isto inclui as diferenças raciais”. Isto é, a boa convivência, a boa relação que se deve ter no meio educacional, principalmente no ensino fundamental, se torna eficaz para a prática do bom convívio quando passa a entender o respeito e reconhecimento um para o outro, independentemente de sua cor

de pele, raça, cultura e outros aspectos que, para algumas pessoas é motivo de discriminação e falta de respeito.

Quando o aluno negro passa a entender que certas brincadeiras não lhe fazem bem, que lhe deixam triste e que de certa forma lhe prejudicam, surge uma má relação de convívio, e assim o surgimento de pontos negativos para sua construção de conhecimento e de ser humano.

Educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas (BRASIL, 2003, p. 7).

Munanga (2005) afirma que

[...] a educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania (MUNANGA, (2005, p. 189).

Portanto, educar com respeito se torna eficaz nas relações pessoais para um bom convívio, mostrando assim que as crianças também necessitam das boas relações para fundamentar seu processo de aprendizagem.

3.2. Cor da pele – colorismo na escola

É na escola que a criança consegue garantir um maior desenvolvimento como pessoa, gerando também um maior desenvolvimento na formação de sua identidade, com isso, é fundamental que os professores e familiares observem como está sendo esse processo de construção da identidade, tão importante na vida da criança. A partir do momento em que a criança passa a frequentar o ambiente escolar, novas descobertas são adquiridas e com isso novos conhecimentos são conquistados, porém alguns desses conhecimentos podem não ser considerados como algo formador para a concepção de sua própria personalidade.

Na sala de aula observa-se que muitas crianças usam o termo “lápiz cor de pele” fazendo referência a um lápis de colorir cujo sua tonalidade deveria ser considerada como um rosa claro, já que sua aparência se aproxima ao lápis de cor rosa. O lápis “cor de pele” é usado frequentemente por alunos que desejam colorir algum desenho, e que em grande maioria esses desenhos são representações de crianças e adultos, ou seja, o lápis aqui citado é usado para retratar a pele de alguma representação humana.

Pinho (2017), após realizar uma pesquisa referente ao lápis titulado “cor de pele”, descreve:

[...] afirmavam com veemência que o lápis rosa claro ou salmão era o “cor de pele” e o das cores marrom e preto era visto como algo feio, sujo que de maneira alguma poderia representar “pele” em seus desenhos. A cor do lápis “cor de pele” é vista como bela, que deixará seu desenho. (PINHO, 2017, p.126)

Como um lápis pode representar toda a humanidade? Ou seja, como um lápis denominado “cor de pele” simboliza todas as pessoas se na verdade vivemos em um país composto por boa parte de negros e que a história nos conta que todos nós somos descendentes de negro? É significativo entender que é preciso formar cidadãos que compreendam a importância da sua cor, e que se valorizem, porém, é necessário que os formadores dessa identidade também tenham o entendimento de que é preciso respeitar e engrandecer a raça negra, fazendo com que tenha um combate ao racismo, igualando todos os cidadãos, seja ele branco ou negro, independente da sua raça.

Desconstruir essa formação que as crianças têm de que aquele lápis que elas chamam de “lápis cor de pele” é na verdade um lápis igual aos outros, e que deveria ser chamado de rosa claro, por exemplo, é algo de grande dificuldade a se fazer, pois são anos estudando e aprendendo daquela maneira.

Percebo que, ao reconhecerem e identificarem as partes de seus corpos, para além dos membros – a cor da pele, a cor dos olhos, a textura dos cabelos – reconhecem e identificam também os tons diversos que há na sala de aula, os quais vão muito além de um cor-de-rosa alaranjado, que a indústria e o senso comum chama de “cor de pele” (LIMA, 2015, p. 13).

É preciso compreender quem realmente somos para que venha a existir uma compreensão de que não será um lápis rosa claro, salmão ou até mesmo bege que represente uma só cor de tipo de pele, é necessário mostrar que existem pessoas brancas, e que o lápis que pode representar essa pessoa é o lápis branco, como também é preciso mostrar que existem pessoas negras e que os lápis marrom ou preto representa sem dúvidas essas peles. Lima (2015) diz que é uma tarefa difícil pedir para que pessoas que apenas conhecem o lápis “cor de pele” como lápis que representa todos, se autodeclararem, mas é preciso entender que não será um lápis que irá fazer ninguém melhor do que ninguém, ou seja, não é a cor da pele que irá mostrar quem é bom ou ruim, bonito ou feio, pobre ou rico, enfim, será sim, através da construção da identidade, da formação, dos conhecimentos que irá mostrar a índole da pessoa, mas não a cor de sua pele.

4. METODOLOGIA

A pesquisa é importante para que possa descobrir o porquê de algumas questões ocorridas no dia a dia em toda sociedade, nisso automaticamente cria-se a ideia de que essa estratégia de pesquisa se transforma em reprodução de informações, como afirma Meyer e Paraíso (2012):

[...] um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações – que, em congruência com a própria com a própria teorização preferimos chamar de “produção” de informação – e de estratégias de descrição e análise. (MEYER; PARAÍSO, 2012).

Ou seja, a pesquisa é necessária para que exista um maior conhecimento tanto por parte do pesquisador como do leitor. E aqui não será diferente, pesquisar sobre o uso do “lápiz cor da pele” e sua denominação, se tornou indispensável a partir do momento em que se criou a ideia de que o denominado “cor da pele” faz referência a um corpo social composto por pessoas de cor branca, mas que entendemos que vivemos em uma sociedade miscigenada e que toda cultura deve ser preservada e respeitada.

No trabalho aqui elaborado se gerou a pesquisa qualitativa, tendo como principal característica adquirir resultados qualitativos referentes ao assunto trabalhado, não dando ênfase ao quantitativo. De acordo com Silveira e Córdova (2009): “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (p. 31)”. Isto é, a pesquisa qualitativa enfatiza a dados qualitativos, ou seja, a qualidade da pesquisa e dos resultados.

Como pesquisador, o mesmo deve estar sempre atento a todas as informações e observações coletadas, pois são esses aspectos que o pesquisador sempre estará trabalhando, com isso quando se está realizando a pesquisa tudo o que acontece em seu meio se torna de grande importância. Ludke e André (1986) afirma que “mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. (p. 18)”. Nisso, dentro da pesquisa qualitativa é fundada outros tipos de pesquisa, sendo uma delas, a pesquisa ação.

A pesquisa ação é considerada como uma forma de investigar continuamente e de forma sistemática, sempre tendo como característica o planejamento, tendo o intuito de aperfeiçoamento da prática de seu pesquisador. Dessa forma, Fonseca (2002), confirma que

A pesquisa-ação pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada. O processo de pesquisa recorre a uma metodologia sistemática, no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso para a ação dos elementos envolvidos na pesquisa (p. 34). O objeto da pesquisa-ação é uma situação social situada em

conjunto e não um conjunto de variáveis isoladas que se poderiam analisar independentemente do resto. Os dados recolhidos no decurso do trabalho não têm valor significativo em si, interessando enquanto elementos de um processo de mudança social. O investigador abandona o papel de observador em proveito de uma atitude participativa e de uma relação sujeito a sujeito com os outros parceiros. O pesquisador quando participa na ação traz consigo uma série de conhecimentos que serão o substrato para a realização da sua análise reflexiva sobre a realidade e os elementos que a integram. A reflexão sobre a prática implica em modificações no conhecimento do pesquisador (FONSECA, 2002, p. 34- 35).

Pesquisar para conhecer a realidade e aperfeiçoar a prática são características importantes e fundamentais da pesquisa ação. No trabalho aqui elaborado, o estudo de caso também se torna algo imprescindível para a realização da pesquisa, sendo sua primordial característica a de conhecer e entender a área pesquisada, já que ocorre a mesma situação em diversos lugares, visando a descoberta da tal situação.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Entender como está sendo feito e como é usado o lápis “cor de pele” é o ponto chave da pesquisa, questionar o porquê desse tão falado nome, se na verdade não representa o que o termo diz, por isso a importância de se adquirir o estudo de caso no recolhimento das informações, para comprovar verdadeiramente o que o trabalho vem mostrando, ou seja, que o lápis “cor de pele” não representa uma só pele, mas que nada mais é que um lápis igual a qualquer outro, e que em nossa sociedade temos uma grande diversidade de cores de pele, e um só lápis não pode representá-las.

4.1. Caracterização do campo de pesquisa e sujeitos

A escola que foi escolhida para a realização da pesquisa e intervenção fica localizada na cidade de Mari-PB, sendo da rede pública municipal de ensino. Fundada no ano de 1999. A mesma possui 3 salas de aulas regulares, sendo utilizadas no turno da manhã e tarde, atendendo as series de pré - I ao 5º ano tendo 3(três) professores no turno da manhã e 3 no turno da tarde, totalizando assim 6 (seis) professores, todos com mais de 30 anos de idade, com formação e experiência na educação e na sua área de atuação; e 1 (uma) cuidadora, pois a

escola tem 2 (dois) alunos com necessidades especiais matriculados (manhã e tarde). 1 (uma) sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) contendo 2 professores também com formação e experiência em sua área de ensino. São contemplados 96 alunos matriculados nas salas regulares e 24 no Atendimento do AEE. Na administração escolar, a escola conta com 1 (uma) gestora e 1(uma) vice,1 (uma) coordenadora pedagógica, 1(uma) secretária, e na parte de apoio, 2 (dois) vigias, 2 (duas) cozinheiras e 1 (um) auxiliar de serviços.

A instituição de ensino dispõe de 7(sete) banheiros, sendo três masculinos, três femininos e um acessível que é usada por uma aluna cadeirante da escola. A escola é acessível desde sua entrada até o pátio (local de recreação dos alunos), possui 1 cozinha, 1 secretaria, e para a recreação dos alunos, a escola usufrui de um grande pátio muito bem arejado. Com um ótimo quadro de profissionais, a escola pode ser considerada como referência de ensino, comprovando assim, profissionais capacitados para a educação.

A turma escolhida para aplicação da pesquisa e intervenção foi a do 3º ano, no turno da manhã, contendo 20 alunos. Em uma observação feita foi possível perceber a distinção de cores de peles e com isso a curiosidade de como iria sair o resultado da pesquisa.

4.2. Instrumento de pesquisa

Na realização da aplicação da pesquisa foi utilizado o livro cujo título é “Lápis cor de pele”, escrito por Daniela de Brito e ilustrado por Polly Duarte. O livro faz referência à literatura infantil, e conta a história de uma criança branca que tem a curiosidade de conhecer e entender o tão falando “lápis cor de pele” no seu primeiro dia aula, lápis esse usado para realizar o desenho de uma atividade. A criança da história não entende porque esse lápis é chamado assim, principalmente para os seus novos colegas de classe, e daí ela percebe que esse lápis tão desejado por seus amigos é diferente da cor da pele de seu irmão. Após a leitura deleite, foi iniciada uma roda de conversa para debater as cores e peles existentes e entender esse tão falado lápis “cor de pele”.

4.3. Etapas

O desenvolvimento das atividades estabelecidas de acordo com o plano de aula foi dividido em duas etapas. Inicialmente, me apresentei como pesquisadora e em seguida houve a apresentação dos alunos. Perguntei o que os alunos entendiam sobre o lápis “cor de pele” e após uma conversa de grande proveito foi entregue a atividade para observar como era usado esse lápis que eles tanto fizeram questão de mostrar que o conhecia.

Na segunda etapa foi lido o livro “Lápis cor de pele”, e com isso realizou-se uma roda de conversa com a intenção de conscientização sobre o lápis, tentando levar os alunos ao alcance do conhecimento para denominar aquele lápis que eles chamavam de “cor de pele” de lápis bege, ou outro nome qualquer que realmente represente uma cor qualquer, e não simbolize apenas uma cor enfatizando a pele onde sabemos que existe várias tonalidade de pele.

4.4. Análises de dados

A pesquisa foi desenvolvida em dois dias, sendo duas etapas. A primeira etapa foi voltada para uma conversa para buscar entender sobre o que os alunos entendiam sobre o lápis que tem como denominação “cor da pele”, e logo após essa conversa solicitou-se que eles colorissem um desenho, e nesse desenho tinha a imagens de pessoas representando uma família. No desenrolar da conversa foi notável como a construção do lápis chamado “cor da pele” estava em seus conhecimentos, algo tido como bonito, certo, normal, mas que nunca tinham notado que esse lápis não representaria a si próprio. E para chegar ao ponto das crianças negras não se aceitarem e levarem normalmente o uso do lápis rosa claro como sua representação.

Bento (2012) afirma que:

Provavelmente, a consciência que a criança adquire é de que seu corpo provoca essas rejeições, e essa percepção pode estabelecer uma relação ruim com esse corpo. A associação da cor preta com sujeira apareceu seguidamente em situações de discriminação. Dessa e de outras formas, o corpo negro passa a ser sentido como corpo que traz dor, corpo indesejado, que precisa ser modificado. E, como corolário, coloca-se o desejo de ter um corpo branco, aquele considerado bonito, agradável. (BENTO, 2012, p.111)

Por isso a importância de se mostrar a valorização de todos, desconstruir um conceito discriminador que a sociedade tem para com a etnia negra, construir uma boa visão de toda humanidade, demonstrando que não é através da cor da pele que deve se sentir mal, sem valor, mas sim se orgulhar de um povo marcado por lutas e conquistas. Algo importante que precisa ser destacado é a decoração da sala escolhida para a aplicação da pesquisa, onde na mesma já traz marcas que representam a criança negra, como também a criança branca, enfatizando assim a diversidade de cores de pele.

Imagens 1, 2, 3 e 4: **Decoração da sala de aula, porta, calendário e quadro onde foi aplicada a pesquisa:**

Imagem 1



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 2



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 3



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 4



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Analisando as imagens, entende-se que na própria sala de aula pode-se observar que existe uma conscientização da diversidade étnico-racial.

4.4.1. Primeira etapa

Nas imagens 5 e 6: conversa com os alunos sobre o que eles sabem sobre o lápis “cor de pele”.

Imagem 5



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 6



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Durante a conversa, pedi para que os alunos pegassem o lápis que eles chamavam de “cor de pele”, e com isso obtive a resposta do que esperava (ver imagem 7).

Na imagem 7: **os alunos mostraram o lápis que eles conheciam e chamavam de “cor de pele”**.

Imagem 7



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

E após esse diálogo, como já foi citado anteriormente, entreguei um desenho para que os alunos pudessem colorir, da maneira que quisessem, usando sua coleção de colorir, e usando também sua imaginação para fazer uma linda pintura.

Imagens 8, 9, 10 e 11: **Alunos realizando a pintura**

Imagem 8

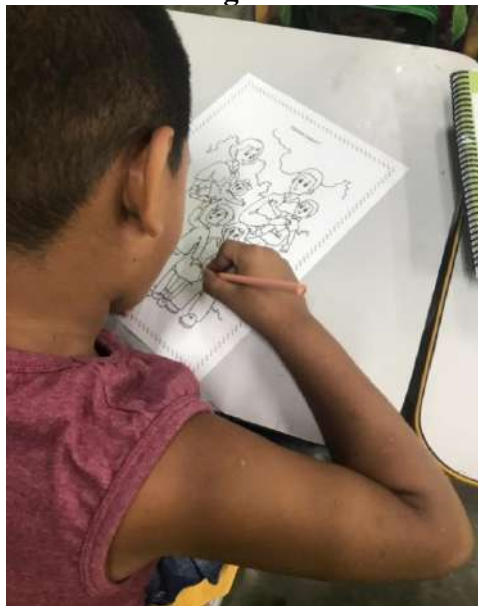


Imagem 9



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 10

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 11

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

De acordo com o que os alunos foram terminando sua atividade, conversei com alguns e me surpreendi com algumas falas. Manterei o anonimato das crianças, e tratarei de sujeitos A, B e C. Fiz a mesma pergunta para os três, sendo ela:

- Para que você usa o lápis denominado “lápis cor de pele”?

Sujeito A: “uso para pintar as peles dos desenhos, o rosto, braços e as pernas, gosto porque é cor de pele”.

Sujeito B: Para pintar o desenho, e pra pintar os corpos dos homens e das mulheres, mas uso pra pintar outros desenhos, tipo casa, o cabelo dos homens e das mulheres e algumas flores. Os desenhos fica bonito com essa cor, porque pinto o corpo e todo mundo acha bonito.

Sujeito C: “Pra pintar a pele das pessoas, uso só pra pintar a pele. Gosto dessa cor porque faz o desenho ficar bonito”.

E com isso pude perceber como era a construção dos conhecimentos que os alunos tinham referente ao lápis que eles chamavam de “cor de pele”. Durante a conversa que foi tida no começo da aula, alguns alunos relataram que conheciam esse lápis assim desde quando começaram a estudar, então não é um conhecimento de agora, mas, de muito antes, e então entendi o motivo pelo qual eles usavam a denominação, pois também tive essa mesma construção de conhecimento. Desse modo, me despertou o desejo de trabalhar com essa

temática, porque é preciso mostrar e ensinar a diversidade humana, já que não é justo que um lápis represente toda a humanidade.

4.4.2. Segunda etapa

Na segunda etapa, iniciei com a leitura deleite do livro “Lápis cor de pele”, da autora Daniela de Brito, e atentamente os alunos prestaram atenção sobre uma nova descoberta que estava por vir. Levei quatro bonecos de E.V.A que pudessem representar presencialmente os atores principais da história, pois na história contada é apresentada uma história de uma família, onde o pai e a filha são pessoas brancas, porém a filha tem os cabelos cacheados iguais ao da mãe que é negra, como também o outro filho da família que é negro, mas tem olhos azuis e os cabelos lisos, igual ao pai. A história se passa na escola e na casa da família, na escola a menina é surpreendida por seus colegas de classe pedindo o “lápis cor de pele”, e com isso, surge a dúvida, que lápis é esse? Qual cor é essa? E após uma conversa com seus pais Ana (filha) entendeu porque sua família era de cores de pele diferente, e compreendeu que não existe lápis cor de pele, pois existe uma grande variedade de cores de peles.

Mellon (2006) nos conta que “cada detalhe em uma história, personagens, cenários, climas e meandros do enredo pode começar a circular em nossos próprios corpos, sentimentos e estruturas mentais” (p. 14). Diante disso, é considerável a importância de contar histórias nas aulas, envolver as leituras nos assuntos trabalhados, pois despertará a atenção dos alunos, e se tornará fácil a compreensão, pois os alunos são levados ao mundo da imaginação.

Imagem 12: Bonecos de E.V.A.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagens 13, 14, 15, 16 e 17: Leitura deleite “Lápis cor de pele”

Imagem 13



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 14



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 15



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 16



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Imagem 17



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Na imagem 18 está a roda de conversa sobre a história contada e o “lápiz cor de pele”.

Imagem 18



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Após a leitura e a roda de conversa, percebi que as crianças começaram a compreender que não existe lápis cor de pele, pois existem peles de várias cores, e até alguns começaram a denominar de rosa fraco, rosa claro, bege. Com isso entreguei novamente a atividade para eles, e como na história contada enfatizava uma família, pedi para que eles pensassem na sua família, nas cores de seus familiares ao colorir a atividade.

Nas imagens 19, 20, 21, 22 e 23 **os alunos estão realizando a atividade**

Imagem 19



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 20

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 21

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 22

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 23

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Enquanto alguns alunos realizavam a atividade, conversei com outros que já tinham terminado e perguntei para eles o que tinham achado da aula do dia? Tive respostas surpreendentes. Novamente manterei o anonimato e tratarei os alunos que conversei como sujeitos *D*, *E*, *F*, *G* e *H*, pois foram alunos diferentes da atividade anterior.

O *sujeito D* respondeu: “Gosto de pintar, gostei da história de Ana. Usei o lápis marrom porque minha família parece com essa cor”.

Sujeito E: “Gostei da atividade, aprendi que esse nome de “cor de pele” não precisa ser falado mais, vou falar rosa claro. Eu usei marrom, pra pintar minha família, porque sou dessa cor”.

Sujeito F: “Gostei de pintar, gostei de saber que o lápis é rosa fraco, mas não é cor de pele, porque aprendi que tem pele de todas as cores”.

Sujeito G: “Gostei das aulas e dos desenhos, aprendi que ao lápis cor de pele não existe, porque existe pele de muitas cores”.

Sujeito H: Gostei do desenho, da historinha e de ter participado, aprendi que “lápiz cor de pele” não tem, podemos pintar nós de branco, marrom e outras cores. Pintei meu pai de marrom porque ele é negro e o resto (mãe, meu irmão, e minha irmã) de branco.

Através desses relatos, entendi que eles conseguiram obter alguns conhecimentos, compreenderam que o lápis “cor de pele” não pode ser usado para ser pintado pelas das pessoas na representação nos desenhos, porque existem peles de várias cores, e que outros lápis podem representar essas peles. Após o término da atividade, convidei os alunos para colar suas atividades na cartolina, e logo eles foram percebendo as diferenças da atividade anterior para a atividade realizada após a leitura da história e a roda de conversa.

Nas imagens 24, 25, 26, 27 e 28 os alunos estão colando as atividades no painel.

Imagem 24



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 25



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 26



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 27



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 28



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Após a colagem das atividades, coloquei os painéis no quadro para que os alunos pudessem fazer a comparação das suas atividades.

Nas imagens 29, 30, 31 e 32 **os alunos estão observando suas atividades**

Imagem 29



Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 30

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 31

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 32

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Logo após a exposição e observação das atividades, agradei ao professor e aos alunos pela participação e entreguei a lembrança; logo eles perceberam que a mesma fazia referência à aula que todos tinham tido naquele dia.

Nas imagens 33 e 34 são os **agradecimentos e a entrega da lembrança.**

Imagem 33

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

Imagem 34

Fonte: Elaborada pela autora, 2019

A aula foi de extrema importância para compreender ainda mais o uso e a nomeação do lápis intitulado “cor de pele”, contatar a curiosidade e o desejo que os alunos tiveram ao ouvir sobre o assunto aqui trabalhado foi considerável, tendo a garantia de que ficou aprendido para os mesmos como também a convicção de que a partir da aula pode se existir o auto reconhecimento, e a aceitação de como verdadeiramente somos.

A educação deve ser vista como instrumento transformador para a vida do cidadão, ensinar, conscientizar, construir e desconstruir conceitos, sendo essa desconstrução referente a algo prejudicial para algumas pessoas, se torna necessário para a construção do humano.

Brasil (2004) afirma que:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. (BRASIL, 2004, p. 7).

Nisso, entendo que a educação é fundamental para todos nós, o papel da escola é indispensável para a formação de seus alunos, para quebrar estereótipos, mostrando que o respeito deve prevalecer e ser levado a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada pode-se perceber que verdadeiramente o conhecimento que temos referente ao lápis intitulado “cor da pele” é por sua vez representar a pele humana, mas é preciso entender que não é apenas uma cor de lápis que pode simbolizar toda a humanidade, pois a diversidade de etnia é enorme.

Para a criança negra que tem uma boa estrutura familiar, que ensina o valor que sua raça tem, se torna fundamental no processo de construção do ser dessa criança. Mas é na escola que boa parte dos conhecimentos são adquiridos e com isso a escola passa a ser agente fundamental nessa construção. Porém, é dentro da unidade escolar que pontos no qual podem ser considerados negativos ocorrem, como práticas racistas e preconceituosas, sendo essas atitudes diariamente ocorridas e se tais problemas não forem resolvidos, ou seja, conscientizados, mostrando respeito um para o outro, a formação da criança negra acarretará em uma personalidade também negativa, isto é, uma pessoa que possivelmente não irá aceitar a si própria.

A construção da identidade junto com as práticas/ações expostas pelo educador irá de fato influenciar na formação da criança negra, já que no referido trabalho estamos tratado do assunto mencionado. A escola é lugar de construção de conhecimento como também de formação, onde dificilmente outro lugar não poderá exercer tal função.

Desde o ano de 2003, a lei nº10.639/03(BRASIL, 2003) exerce o papel de valorização e inclusão por obrigatoriedade o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo educacional das escolas públicas e privadas, ou seja, já são 15 anos de execução de lei, mas que ainda é notável a prática do racismo e falta de informação como também conscientização existentes em um país que quando se trata do etnicamente é considerado diverso.

Conscientizar sobre a diversidade de cores de peles existente no Brasil foi o ponto principal no trabalho desenvolvido, pois, através da pesquisa aplicada em uma escola pública da cidade de Mari/PB, sendo realizadas rodas de conversas, leitura de história que demonstra a distinção de cores de peles dentro de uma família e a demonstração do uso de outras cores de lápis, foi possível existir grande compreensão da diversidade de etnia no nosso país, ou seja, a diversidade de cores de peles, e com isso o reconhecimento de que não só um lápis pode representar essas peles, mas que várias outras cores de lápis podem fazer essa representação.

REFERÊNCIAS

ALMEDIA, Marco Antonio Bettine de. et al. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. São Paulo, v. 28, n. 1, jan/abr. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n1/1980-6248-pp-28-01-00055.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

BRASIL. CNEDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação, 2003.

_____. CNE. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 003/04 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2004.

_____. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 13. ed. Brasília. 2016.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira Africana**. Brasília – DF Outubro, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. MEC. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. 2004.

_____. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual**. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

_____. MED. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. Educação, Africanidades, Brasil. Brasília, 2006.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável.... In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHAN, Iana. **África e Brasil: unidos pela história e pela cultura**. Revista, nº 277, Nova Escola, São Paulo, Abril, 2014, p.24.

CURY, C. R. J. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In E. M. T. Lopes, L. M. de F. Filho, & C. G. Veiga (Eds.), 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro, Fator 1983.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOSTER, Eugenia da Luz Silva. **Racismo e movimentos instituídos na escola**. 2004. 148 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

LIMA, Clarissa. **Cor de pele: Valorizando as diferenças para as oportunidades serem iguais**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

LOPES, V. N. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: MEC/ Secretaria d Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.185- 204.

MARRIEL, Lucimar Câmara et al. Violência escolar e autoestima de adolescentes. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n. 127, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 25 abr. 2019.

MELLON, Nancy. **A arte de contar histórias**. Tradução de Amanda Orlando e Aulyde soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

MEYER, Dagmar E. E.; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre *como fazemos* nossas investigações. In: MEYER, Dagmar E. E. (Org.); PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-crítica em educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v. 1312p.

MUNANGA Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005;

MUNANGA, Kabengele (org.) – **Superando o Racismo na Escola**, 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia**: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

NASCIMENTO. Elisa Larkin. Sankofa: educação e identidade afrodescendentes. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores. In: _____. **Vidas de professores**. Portugal: Porto, 1992, 13 – 30.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. (orgs.) **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007- 2008**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Garamond Ltda, 2008.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Gênero e Raça** – todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática. Brasília: MTb-a / Assessoria Internacional, 1998.

PINHO, Vilma Aparecida. et al. O lápis “cor de pele”, quem tem? Descrevendo experiências em relações raciais com crianças na educação infantil. **Revista Fórum Identidades.**, Itabaiana-SE, v. 25, p. 123-142, set-dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/8346/6689>>. Acesso em 25 abr. 2019.

SANT’NA, A. O. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39- 67.

SANTOS, A. de F. T. **Cultura e educação a serviço da transformação social**. In A. M. Magaldi, C. Alves, & J. G. Gondra (Orgs.), Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2001.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Métodos de pesquisa**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Elisabeth Fernandes de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In. CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

WERTHEIN, Jorge. Apresentação, p. 10. In: SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE I - Plano de Aula

Disciplina: História/ Artes
Modalidade/ Nível de Ensino: 3º ano – Ensino Fundamental I
Número de aulas/ Duração: 4 horas
Conteúdo: Desconstruindo os estereótipos sobre a “cor de pele”

Objetivo Geral: Desconstruir os estereótipos relacionados ao chamado “lápis cor de pele”.

Objetivos Específicos:

- Compreender o que os alunos denominam com “lápis cor de pele;
- Instigar os alunos a praticar a pintura e usar a diversidade de cores de lápis existente na coleção de colorir;
- Desenvolver o uso da diversidade de cores que podem representar a pele humana;
- Estimular os alunos a reconhecer que o lápis denominado “cor de pele” não representa toda humanidade;
- Refletir sobre a importância da valorização dos negros.

Metodologias:

1º Etapa:

- Apresentação formal como pesquisadora e apresentação dos alunos que compõem a turma;
- Perguntar aos alunos o que conhecem e entendem sobre o “lápis cor da pele”;
- Entrega de um desenho para colorir contendo a imagem de uma família;

2º Etapa:

- Leitura deleite: “Lápis cor de pele”;
- Roda de conversa para conscientização sobre o lápis bege, e descobrir por parte dos alunos as cores de pele existente e as cores de lápis de colorir que podem representá-las;
- Entrega de um desenho igual à da atividade anterior, para que os alunos possam colorir novamente agora conscientes da diversidade de cores de pele;
- Exposição das atividades feitas pelos alunos, mostrando o “antes e depois”;
- Entrega das lembrancinhas.

Recursos Didáticos:

- Folha A4
- Lápis de colorir
- Lápis hidro cor
- E.V.A
- Papel 40
- Cola

Avaliação: Durante todo desenvolvimento das atividades será realizada observações de como os alunos veem e usa o “lápis cor da pele”.

Referências:

Ler e aprender: Disponível em: <<https://lereaprender.com.br/atividade-dia-da-familia-educacao-infantil/pinte-o-desenho-12/>> Acesso em: 15 maio 2019.

BRITO, Daniela de. Lápis cor de pele. São Paulo: Cortez, 2017.

APÊNDICE II – Termo de autorização da pesquisa



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES**

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, *Prof^a Ms^a Sheila Gomes de Melo*, confirmo que _____ (*nome da orientanda*), está sob a minha orientação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito para a conclusão do curso de Pedagogia.

Solicitamos, junto à gestão da _____ (*nome da escola*), localizada _____ (*município/estado*), autorização para realização da coleta de dados da pesquisa, cujo título é “ _____ ”.

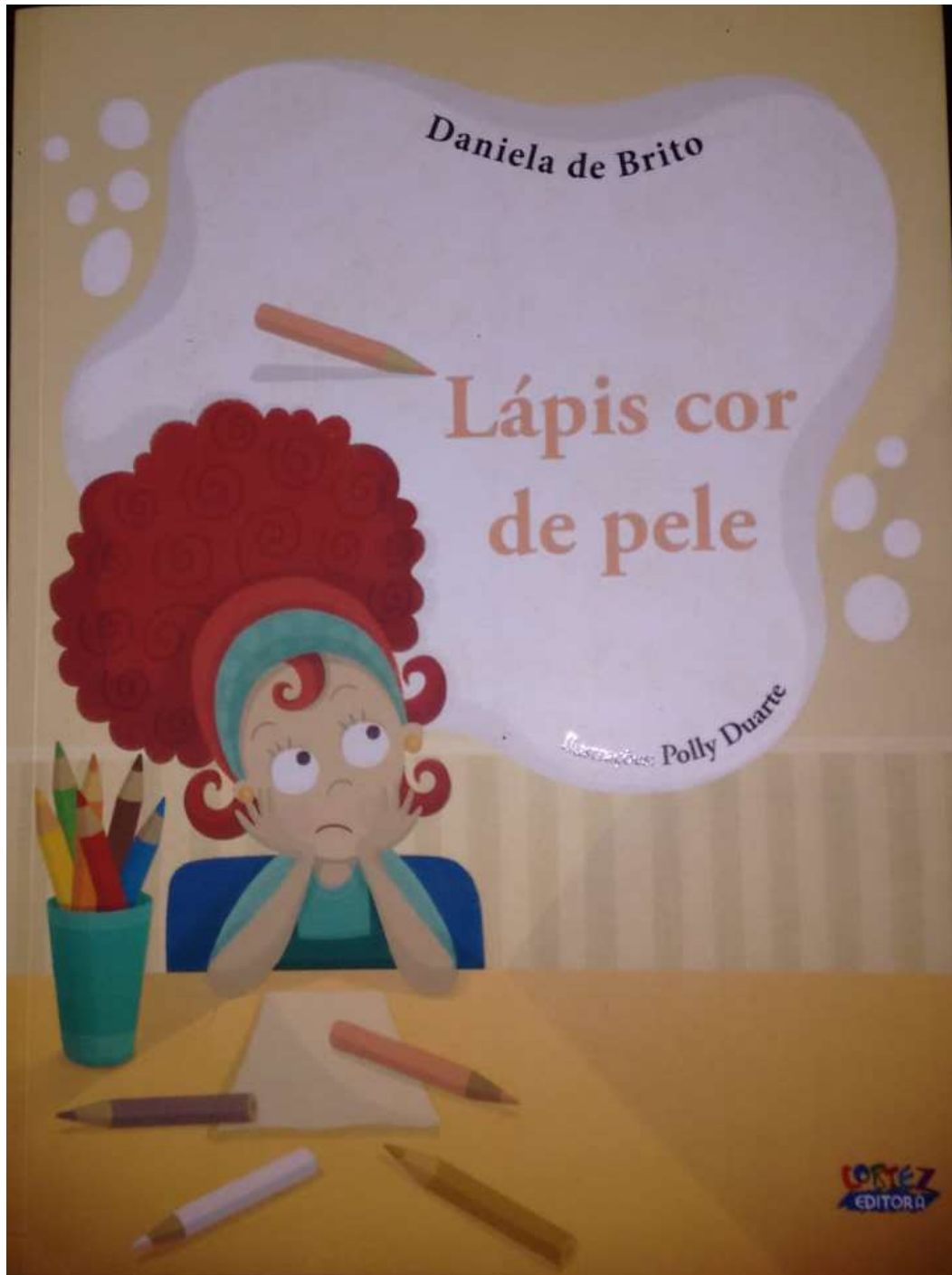
Os dados serão coletados através de observações, entrevistas e possíveis intervenções pedagógicas. Os dados serão utilizados, exclusivamente, para fins acadêmicos.

Sheila Gomes de Melo.

Profa. Me. Sheila Gomes de Mélo.
Matrícula 3288543

ANEXO

ANEXO A - Capa do Livro usado na aula



Fonte: Arquivo pessoal